

**PLANEJAMENTO E GESTÃO: UMA RELEITURA DAS POLÍTICAS DE
DESENVOLVIMENTO PARA A ATIVIDADE TURÍSTICA NO ESTADO DO CEARÁ
/ BRASIL**

**PLANNING AND MANAGEMENT: A REASSESSMENT OF THE POLICY DEVELOPMENT FOR
TOURISM ACTIVITIES IN THE STATE OF CEARÁ / BRAZIL**

Ana Cristina Fernandes Muniz
IFCE/Quixadá - Brasil
anacfmuniz@gmail.com

Huáscar Pinto Vidal de Oliveira
FUNCEME - Ceará/Brasil
huascar.vidal@funceme.br

Vlória Pinto Vidal de Oliveira
Universidade Federal do Ceará – Brasil
vlordia.ufc@gmail.com

RESUMO

A atividade turística surgiu com características modernas, no qual predomina uma relação de dependência muito grande com o meio ambiente, através do uso dos recursos naturais. Atualmente com características nítidas de consumo e individualismo, sua massificação contribuiu de forma decisiva para a sua expansão e, nesse contexto, se faz necessário uma gestão eficaz e planejada para o setor. Nessa perspectiva, o referido texto faz uma releitura das políticas de gestão e planejamento para o desenvolvimento econômico no território cearense, através das propostas de planejamento e gestão subsidiadas nas Políticas Públicas de Planejamento e Desenvolvimento que alavancaram o turismo na década de 1990, no Estado do Ceará.

PALAVRAS CHAVE

Planejamento, Gestão, Turismo, Políticas Públicas.

ABSTRACT

The tourism industry has emerged with modern features, which dominates a large dependency relationship with the environment through the use of natural resources. Currently sharp features of consumption and individualism, mass consumption contributed decisively to its expansion and in this context, it is necessary to effective management and planned for the sector. From this perspective, this text makes a reassessment of the management policies and planning for economic development in the territory of Ceara, through of the proposed planning and management in the subsidized Public Policy Planning and Development, which boosted tourism in the 1990s, the state of Ceará.

KEYWORDS

Planning, Management, Tourism, Public Policy.

1. INTRODUÇÃO

O capital internacional estende sua influencia, através do estabelecimento de pontes, nas mais distantes regiões geográficas, principalmente nos chamados “países periféricos”. Com uma economia industrial em expansão, autonomia financeira fraca e com mais da metade da população com baixo poder aquisitivo, esses países tendem a se deixar envolver pela determinação do mercado externo em relação à dinâmica do sistema capitalista o que, acaba por influenciar nas políticas de

planejamento e gestão para diversos setores da economia, a título de exemplo, as direcionadas ao setor turístico.

A atividade turística surgiu com características modernas, no qual predomina uma relação de dependência muito grande com o meio ambiente, através do uso dos recursos naturais. Atualmente, com características nítidas de consumo e individualismo, sua massificação contribuiu de forma decisiva para a expansão. O setor é composto por: empresários, trabalhadores e fornecedores das empresas turísticas e de apoio local, além das associações e instituições que atuam em seu nome. Para que possa ser eficaz e rentável, sem ao mesmo tempo impactar ambientalmente o meio, precisa de um sistema de planejamento e gestão eficaz, para, que possa se desenvolver e aproveitar com sucesso as potencialidades das áreas utilizadas por este setor.

Dessa forma, o estado do Ceará tem sido objeto de adaptações e transformações que, se julgaram necessárias para a viabilização dos interesses do sistema capitalista mundial, não ficando de fora das transformações políticas ocorridas no território na década de 1980 que, favoreceram o incremento do setor. A atividade no estado cresceu nas últimas décadas a medida que aumentou a cooperação entre o setor público e privado. A gestão governamental aproveitou as potencialidades naturais da paisagem do território e, vem, ao longo dos anos, desenvolvendo planos e metas que favorecem uma alteração do perfil econômico, através do turismo. Com um litoral com 573km de extensão, águas cristalinas, insolação predominante quase o ano todo, além da hospitalidade, são aspectos básicos capazes de promover a alteração do perfil econômico, através da atividade turística.

Nessa perspectiva, o referido texto faz uma releitura das políticas de gestão e planejamento para o desenvolvimento econômico no território cearense, através das propostas de planejamento e gestão subsidiadas nas Políticas Públicas de Planejamento e Desenvolvimento que alavancaram o turismo ainda na década de 1980, no Estado do Ceará.

2. REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

2.1 PLANEJAMENTO E GESTÃO TURÍSTICA

O planejamento turístico é uma atividade que envolve a intenção de se estabelecer condições favoráveis para alcançar objetivos propostos e tem como objetivo o provisão de facilidade e serviços para que o público alvo atenda seus desejos e necessidades ou, o desenvolvimento de estratégias que permita uma organização comercial viabilizarem oportunidades de lucro em determinados segmentos dos mercados (RUSCHUMANN, 1997). Nesse sentido, seguindo a linha etimológica do conceito de “planejamento” no turismo, o “planejar” se constitui em um instrumento fundamental na determinação e seleção de prioridades no que tange a gestão para a evolução do setor.

De acordo com Beni (2001) uma política de planejamento e gestão direcionada às atividades turísticas é norteadas por três fatores: o cultural, o social e o econômico. O primeiro fator se refere à preservação do patrimônio cultural e natural nacional; o segundo se refere ao incentivo das manifestações sociais e artísticas e o terceiro, dinamiza o empreendimento em toda a cadeia produtiva do setor, além de fazer a promoção interna e externa dos produtos turísticos.

Ainda segundo esse autor:

“a política de turismo é a espinha dorsal do “formular”, (planejamento), do “pensar” (plano), do “fazer” (projetos e programa), do “executar” (preservação, conservação, utilização e resignação do patrimônio natural e cultural e sua sustentabilidade, do “reprogramar” (estratégia) e do “fomentar” (investimentos e vendas) o desenvolvimento técnico turístico de um país ou de uma região e seus produtos naturais “(BENI, p.177, 2001).

Para Goeldner (2002) a política do turismo pode ser definida como “um conjunto de regulamentações, regras, diretrizes, diretivas, objetivos e estratégias de desenvolvimento e promoção que fornece uma estrutura na qual são tomadas as decisões coletivas e individuais que afetam diretamente o desenvolvimento turístico e as atividades diárias dentro de uma destinação”.

Desse ponto de vista, toda política tem um propósito, e com o turismo isso não acontece de forma diferente, pois a mesma tem que propiciar benefícios máximos aos interessados na região, minimizando também os impactos negativos que essa atividade venha causar.

Ainda segundo Goeldner (2002) busca garantir que a recepção de visitantes seja feita de forma que maximize benefícios aos interessados. Com isso procura buscar e fornecer experiência de alta qualidade no setor. Torna-se importante a partir do momento em que busca por alternativas de planejamento em longo prazo, pois nesse setor, quase sempre é negligenciada.

Em se tratando do processo de “Planejamento e Gestão” Beni (2006) apud Marques (1977), diz que, “toda política pública é concebida a partir de uma representação do setor a qual ela se refere, assim como a um conjunto de normas, organizações, técnicas e recursos que poderão ser “implementados”. Dessa forma:

“a relação global-setorial refere-se a busca de uma compreensão e de uma visão holística do setor e a sua articulação com o contexto em que se insere. De acordo com essa ótica, há uma espécie de sistema hierarquizado e de setores na sociedade e no Estado que se refletem não só a importância conferida a cada um deles na divisão social do trabalho, mas também a posição de poder de suas lideranças hegemônicas na sociedade (Ibidem, p.17)

Dentro desse processo, alguns aspectos se tornam de fundamental importância. Um deles é que todo projeto direcionado ao desenvolvimento de política no setor turístico, deve incluir a defesa do patrimônio natural do país e deve construir uma ponte entre a análise – econômica turística abstrata e uma ação concreta. (BENI, 2006).

2.2. PLANEJAMENTO E GESTÃO TURÍSTICA NO BRASIL

Quando se fala em Política Pública e turismo no Brasil, podemos nos reportar que a mesma sempre foi tratada em segundo plano e também foram prejudicadas por sofrerem com a falta de articulação com outros setores, causando impactos sobre o setor e sobre Estados e Municípios. (BENI, 2006).

Foi a partir do Decreto-lei n. 55/66, que foi criada uma estrutura federal para a administração do turismo no Brasil com a criação da EMBRATUR e CNTUR – Conselho Nacional de Turismo. Com esse Decreto foi definido a Política Nacional do Turismo, onde foram estabelecidos objetivos e atribuições dos operadores do setor no território brasileiro. A criação desses órgãos no país definindo a primeira estrutura institucional pública para o turismo e formando o Sistema Nacional do Turismo, ambos vinculados ao Ministério da Atividade e Comércio.

Foi na década de 1970, que os investimentos direcionados ao setor propiciaram a criação de fundos para o desenvolvimento dessa atividade: FUNGETUR (1971); FINOR FINAM e Fiset, financiadas pelo Banco do Nordeste, Banco do Brasil e Banco da Amazônia, ambos tendo uma exigência, todos tinham que estar ligados ao Plano Político de Desenvolvimento Turístico no país.

Na década de 1980, com o fim da Ditadura Militar no Brasil, e com a redemocratização do país, foram editados decretos e portarias. Foi criada a Política Nacional do Meio Ambiente no art. 25 da Constituição Federal, o Sissnama – Sistema Nacional do Meio Ambiente. A criação dessa Lei possibilitou o lançamento de bases efetivas para se trabalhar a sustentabilidade ambiental e social na atividade turística.

O Sistema Nacional do Turismo era composto pela EMBRATUR, CNTUR e Ministério da Indústria e Comércio, sendo assim colocado pelo Governo, como a melhor opção para se organizar a Política do Turismo no Brasil.

A década de 1990 foi marcada por mudanças significantes nas políticas de planejamento públicas de gestão para o turismo, onde se configurou um cenário evolutivo com a ampliação do debate entre Governo e setor privado, também se estende aos centros acadêmicos e a sociedade. Foi criado o Plano Nacional de Municipalização do Turismo, que tinha como objetivo principal a melhoria do produto turístico brasileiro, considerando a estância de gerenciamento das atividades turísticas como também de competência dos municípios e de seus habitantes, descentralizando as atividades de planejamento.

Beni (2006) relata que esse modelo, no entanto, apresentou algumas falhas que foram cruciais para o mau desenvolvimento da política voltada para o turismo no país. Esse modelo tinha como base a OMT – Organização Mundial do Turismo, pois presumia um conhecimento prévio, por todos os pais de seu espaço turístico nacional, levando o programa RINTUR – Relatório de Turismo Nacional como primeira providência a ser tomada, sendo que isso não aconteceu, eliminando assim a primeira etapa do programa, fazendo com que muitos municípios se apresentassem como vocacionado para a atividade turística.

Vários programas foram instituídos pelo Governo Federal através da EMBRATUR, voltados para o desenvolvimento sustentável do turismo em território nacional. Dentre esses programas podemos citar: PRODETUR/NE (Programa de Desenvolvimento para o Turismo na Região Nordeste), PROECOTUR (Programa de Ecoturismo na Amazônia Legal, PRODETUR-SUL), PRODETUR-SE (Programa de Desenvolvimento do Turismo no Sudeste). O Quadro 1 destaca as principais propostas de políticas de planejamento e gestão para o turismo no território brasileiro.

Quadro 1 : Principal Marcos das Políticas Públicas de Planejamento e Gestão no Turismo Brasileiro

Década	Política
1960	<ul style="list-style-type: none"> • 1963-1966: Ministério da Indústria e Comércio (Divisão de Turismo e Certames do Departamento Nacional do Comércio); • Criação da EMBRATUR – Empresa Brasileira de Turismo Criação do CNTUR – Conselho Nacional do Turismo; • Definição da Política Nacional do Turismo
1970	<ul style="list-style-type: none"> • Criação do FUNGENTUR – Fundo Geral do Turismo; • Criação da Lei 6.505 de 13/12/1977 (Dispõe sobre as atividades e serviços turísticos, estabelecendo para funcionamento e fiscalização); • Criação da Lei 6.513 de 20/12/1977 (cria áreas e locais de interesse turístico); • 1986 - Criação do Programa “Passaporte Brasil” para a promoção do turismo; • 1987-Lançamento do Turismo Ecológico (EMBRATUR); • 1988- O turismo é citado na Constituição Brasileira (art. 180)
1990	<ul style="list-style-type: none"> • Revitalização da FUNGETUR; • Apresentação do PLANTUR– Plano Nacional do Turismo; • 1992 - Criação do PRODETUR – NE – Programa de Desenvolvimento de Turismo do Nordeste; • 1993-1994 – Implantação do PRODETUR-NE; • Lançamentos de uma Política Nacional d Ecoturismo;
2000	<ul style="list-style-type: none"> • Criação do Ministério do Esporte e Turismo; • Instalação dos comitês “Visit Brasil”; • Flexibilização da Legislação; • Criação do Ministério do Turismo; • Criação do Conselho Nacional do Turismo e do Fórum Nacional de Secretários de Estado do Turismo; • Lançamento do Plano Nacional do Turismo (2003-2007); • Lançamento do Sal

Fonte: Adaptado de Beni (2006)

Atualmente, o turismo tem uma pasta própria. Em 2003, foi criado o Ministério do Turismo e foi criado o Plano Nacional do Turismo, fazendo do turismo uma política própria e específica com estrutura e orçamento específico e criado uma nova estrutura, não dividindo esse setor com outras atividades, sendo instituída a Secretaria Nacional de Políticas de Turismo, que elaborou a Política Nacional do Turismo, priorizando com isso a descentralização do turismo e assegurando a participação político-operacional com o Programa de Regionalização do Turismo e colocando a abordagem de desenvolvimento regional do turismo como uma das principais estratégias pelo Governo Federal. (BENI, 2006).

2.3 PLANEJAMENTO E GESTÃO TURÍSTICA NO NORDESTE DO BRASIL

Ao longo do seu desenvolvimento econômico, o Estado do Ceará tem mantido um perfil econômico voltado para a agropecuária. Basta colocar que a construção de sua economia foi baseada no binômio gado-algodão. Nas últimas décadas a gestão estadual tem aproveitado as potencialidades naturais favoráveis ao ambiente do território para desenvolver metas que demonstram uma tendência forte para a dinamização do seu perfil econômico, através do turismo para a facilitação da expansão do capital no estado bem como, se inserir no novo modelo econômico galgado nos últimos tempos em face ao processo de globalização que, facilita a integração de economias e setores.

Seguindo esse critério as políticas de planejamento de gestão voltada para o setor turístico, na Região Nordeste, criou o PRODETUR/NE (Programa de Desenvolvimento para o Turismo na Região Nordeste) com o objetivo de suprir lapsos que dificultavam o processo de turistificação na região, criando uma estrutura necessária ao desenvolvimento dessa atividade e potencializando o setor com a instalação de equipamentos de lazer e hotelaria em várias áreas da região Nordeste.

Benevides (1998) fala que o planejamento e gestão do turismo, como um dos setores prioritários da política governamental em estados nordestinos, vêm sendo exercido na maioria das vezes, pela concepção e organização de vários territórios. Os condicionantes desse processo servem para reafirmar as relações de planejamento estratégico entre turismo e conservação ambiental. É nessa perspectiva que o turismo passa a ser concebido como uma atividade voltada para o desenvolvimento regional.

Foi a partir da última década do século XX, com o apoio do Estado Nacional e de órgãos internacionais como o Banco Mundial, que se instalou uma política, com projetos de inserção da Região Nordeste no processo de turistificação de espaços especializados para essa atividade.

O Plano de Mudanças deu destaque à valorização do potencial turístico litorâneo, dando relevância a uma das primícias básica no turismo. O litoral como zona de comercialização para essa atividade. Para alguns autores, a zona costeira, como a vedete da atividade turística.

Na Região Nordeste, portanto, o turismo passa a ser representado segundo como detentor de grandes potencialidades a partir dessa forma de organização política no setor, representada pelo fenômeno da pós-modernidade que passa a valorizar territórios onde o “natural”, predomina sobre o “artificial”. O desenvolvimento do turismo no litoral segue essa tendência, que hoje é uma estratégia de desenvolvimento para o turismo em nível global. (BENEVIDES, 1998). A título de exemplo temos o estado do Ceará na Região Nordeste que, através das políticas de gestão governamental, se encontra como o segundo destino turístico mais visitado no Brasil.

3. METODOLOGIA

Para o desenvolvimento da pesquisa e com a obtenção de se alcançar os objetivos propostos fizeram-se necessário seguir uma sistemática operacional.

A metodologia seguida no trabalho contempla uma revisão bibliográfica sobre o assunto e não se limitou a livros acadêmicos, e manuais técnicos, mas, em experiências na área de turismo e geografia, bem como, em artigos científicos, periódicos locais publicados em revistas especializadas matérias sobre o assunto ao longo da carreira acadêmica.

Na operacionalização da pesquisa se utilizou para coleta de informações / dados: levantamentos bibliográficos e análise dos dados secundários, com o objetivo de se sistematizar o referencial teórico e reforçar o aprofundamento a cerca do tema em foco.

4. RESULTADOS E DISCUSSÕES

Os primeiros estudos de identificação dos atrativos turísticos e das condições do setor foram iniciados no final da década de 1970, no segundo governo de Virgílio Távora. Neste período, foi elaborado o Plano Integrado de Desenvolvimento Turístico do Ceará (1979), que não passou de um diagnóstico da atividade no Estado, pois não foram propostas ações (CORIOLANO 1998). A análise, todavia, culminou no macrozoneamento turístico do Ceará em 6 macrorregiões, com base na superposição dos aspectos espaciais, administrativos, sociais, físico-ambientais, vocações turísticas e existência de infraestrutura (CEARÁ, 1997).

Foi apenas no final da década de 1980, com o Plano de Mudanças do Governo Tasso Jereissati, que o turismo foi introduzido nas Políticas Públicas no Estado do Ceará, com o objetivo de alavancar o desenvolvimento econômico (CEARÁ, 1987/1990). Foi nesse Governo que o Estado passa a considerar o turismo como um dos eixos de propulsão da crescente economia local, pois até então, o turismo no Ceará era tido como uma atividade econômica de pouca relevância, com um quadro que se manifestava em ações desarticuladas que visava somente a trazer turistas ao Estado, sem a preocupação de vincular essa atividade à macroeconomia estadual (CORIOLANO 1998).

A política de ocupação e expansão do turismo no Ceará, tem como aliado o Estado e o setor privado. O Estado, através de Programas vinculados ao Governo Federal, cuja meta foi à reestruturação da atividade turística em toda a região; e o setor privado, através de Empresas nacionais e internacionais, que investem no Estado do Ceará, em hotéis, resorts e outras atividades que envolvem o setor.

O Programa de Ação para o Desenvolvimento Turístico do Ceará (PRODETUR/CE) é parte do Programa de Desenvolvimento do Turismo no Nordeste (PRODETUR/NE). Este passou a ser implantado concretamente, somente, a partir de 16 de abril de 1993, com a Portaria Conjunta nº 02 dos Ministérios da Indústria e do Turismo, da Integração Regional, da Aeronáutica e da Secretaria de Planejamento, Orçamento e Coordenação Geral da Presidência da República (BRASIL, 1993).

O Programa foi elaborado com o objetivo de caracterizar uma política que incluiria a região da Costa Sol poente I do Estado relacionado a varias ações articuladas com os vários subsistemas da região litorânea. De modo geral reforça a capacidade dos estados do Nordeste, em manter e expandir a crescente indústria turística, contribuindo, assim, para o desenvolvimento socioeconômico, através da implantação de infraestrutura básica e serviços públicos em áreas consideradas, atualmente, de expansão turística.

Foi a partir do Governo de Tarso, que os projetos elaborados para o Ceará passaram a possuir uma visão prospectiva e o turismo passa a “ser visto como um instrumento de desenvolvimento econômico, social e cultural, passando a exigir capacitação profissional, mão de obra especializada e elaboração de projetos arrojados” (CORIOLANO 1998).

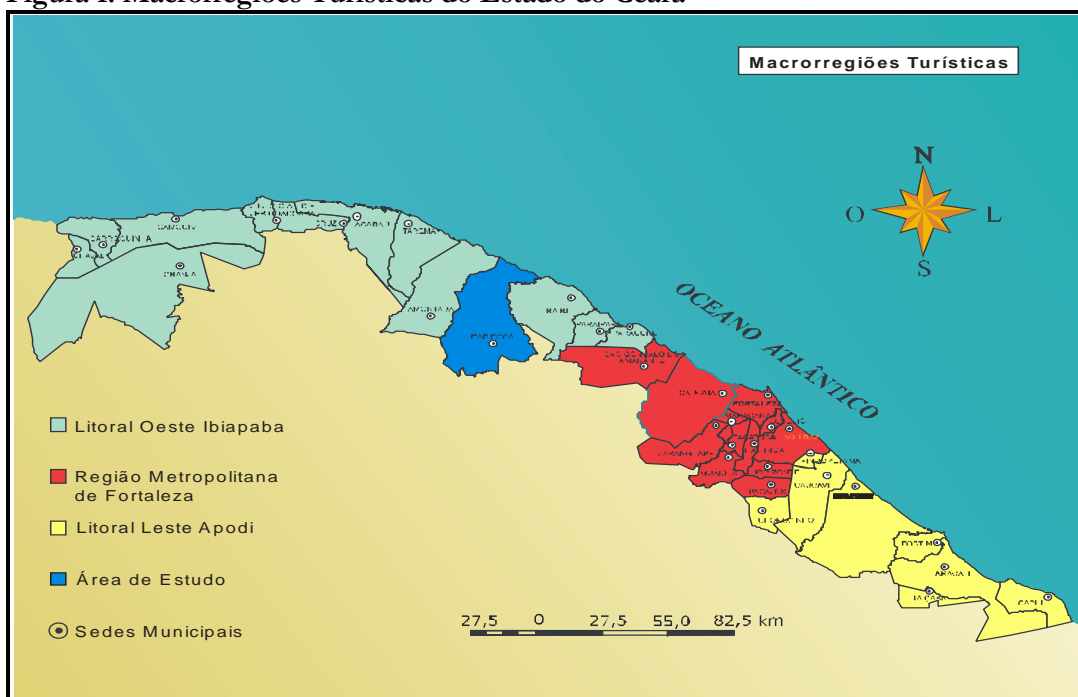
No Governo de Ciro Gomes, que deu continuidade as políticas de Tarso no qual foi elaborado um Plano Plurianual (1991/1994) que definia para o setor do turismo oito objetivos, que incluía principalmente a divulgação das potencialidades turísticas naturais e culturais e a infraestrutura existente no Estado para o desenvolvimento do potencial dessa atividade no Ceará.

O PRODETURIS realizado no Governo de Mudanças, além da tarefa de realização do zoneamento turístico, procurou criar condições necessárias à acessibilidade da região, à preservação ambiental, à instrumentalização dos meios destinados à regulamentação e ao controle de uso e ocupação do solo. O programa foi ainda utilizado como guia para direcionar os investimentos do setor público e privado, e para a manutenção da política de desenvolvimento do turismo no Ceará nas administrações seguintes. Foi no Governo de Ciro Gomes, que o Ceará passou a ser incluído nas Políticas Públicas direcionada ao Turismo sendo, portanto, incluído no PRODETUR/NE, juntamente com os demais estados da Região Nordeste.

Através desse financiamento o governo do Estado do Ceará tem investido em infraestrutura, com a implantação de várias ações que visam o desenvolvimento dos seus Municípios, como meio de viabilizar o turismo em nível nacional e internacional. Destaca-se entre essas ações a implantação de infraestrutura básica (estradas, energia elétrica e saneamento) e das macrorregiões turísticas estipuladas através do PRODETURIS/CE. Com base nos objetivos propostos para o setor turístico através do PRODETURIS, o governo priorizou um Planejamento Estratégico que atendesse o desenvolvimento, entendendo-se que, havia uma necessidade de se colocar uma estrutura que pudesse alavancar o desenvolvimento e viabilizasse o turismo no Estado como um todo.

De acordo com esse programa, foram selecionados 71 municípios identificados a partir de suas potencialidades e vocações, dos quais foram agrupados em seis macrorregiões turísticas: Fortaleza Metropolitana, Litoral Oeste/ Ibiapaba e Litoral Leste/ Apodi, Serras Úmidas/Baturité, Sertão Central e Araripi/Cariri. A priorização dessas regiões ficou apenas em quatro, isolando em uma delas a capital e subdividindo outra em dois agrupamentos litorâneos: Fortaleza Metropolitana, Litoral Oeste/ Ibiapaba e Litoral Leste/ Apodi (DANTAS, 2002). Figura 1.

Figura 1: Macrorregiões Turísticas do Estado do Ceará



Fonte: CEARÁ (1997)

Como princípios básicos o PRODETURIS/CE está constituído: 1. Descentralização e Participação, com a ampliação e a capacidade de ação, reduzindo custos operacionais e motivando a participação do poder público e da sociedade; 2. Reordenamento do Espaço, direcionando o reordenamento espacial do estado para diferentes regiões do litoral e no interior envolvendo 71 municípios que formam as regiões turísticas; 3. Desenvolvimento Social, Científico e Tecnológico,

ampliando a base econômica do Estado com a geração de emprego e distribuição de renda visando resultados sociais; 4. Visão de longo prazo com o Planejamento em horizontes prospectivos (ano 2020) e 5. Sustentabilidade, que visa resultados permanentes no processo de desenvolvimento, preservando a capacidade produtiva (natureza, cultura e população).

O modelo de gestão desenvolvido pelo PRODETURIS\CE contempla como agente de maior implementação, a Secretaria do Turismo do Ceará, além da inclusão de esferas importantes estarem no foco principal como Órgão e Entidades Federais e Comunidades. Abrange as seguintes esferas: Órgãos e Entidades Federais; Órgãos e Entidades Estaduais; Órgãos e Entidades Municipais; Conselhos (CMD'S), Fóruns e Pacto de Cooperação; Agentes Institucionais Privados Internacionais; Agentes Institucionais Privados e Nacionais (empresários do turismo); Organização não Governamental (ONG's). Contempla como plano de ação as três Unidades Geoambientais que compõem o substrato natural do território cearense Litoral, Serra e Sertão.

Com base no exposto, pode se observar que nas últimas décadas, o estado Ceará despontou com relação às políticas de planejamento e gestão para o setor turístico através do financiamento governamental. Tem-se investido em infraestrutura, com a implantação de várias ações que visam o desenvolvimento dos seus Municípios, como meio de viabilizar o turismo em nível nacional e internacional. Destaca-se entre essas ações a implantação de infraestrutura básica (estradas, energia elétrica e saneamento), para alavancar o estado no setor.

5. CONCLUSÃO

Diante do exposto, podemos observar que nas últimas décadas o estado do Ceará tem investido de forma maciça nas políticas de planejamento e gestão para o território. Portanto, uma compreensão entre turismo e planejamento aplicado, requer níveis de compreensão maiores e de forma holística e sistêmica. No caso dessa atividade, como Rodrigues (1996) discute, há duas perspectivas: a primeira, diacrônica, residente nos processos histórico de desenvolvimento do capitalismo, dentre o qual turismo, lazer, indústria cultural, fetiche ecologista se consolidam com várias dimensões e significados na sociedade contemporânea; a segunda, sincrônica, refere-se ao espaço que cabe ao turismo nordestino no atual contexto, se inserir num movimento mais amplo, embora não totalmente consolidado de redescobrimto e revalorização de várias áreas tropicais do globo, neste caso, o PRODETURIS\CE, gerido pela iniciativa pública, exerce importante foco estratégico, voltado para o desenvolvimento do turismo receptivo internacional, no caso do estudo do Ceará, Sede dos jogos da Copa Das Confederações em 2013 e da Copa do Mundo em 2014.

Mesmo com o processo de implementação ativa do setor turístico pelo Estado, se deve alertar também para as novas relações de poder representadas pela atividade turística, que se esconde atrás de aparentes fluxos de prestação de bens e serviços. Esse fator em algumas comunidades autóctones pode deslocar mão de obra nativa e ocultar valores culturais locais, primordiais para as comunidades litorâneas, no caso do território cearense, ficando restrita a função teórica e não exercitando a função social e cultural, sem deixar de citar a também a vertente ambiental.

E finalmente, se atentar para os modelos públicos de gestão voltados para o setor turístico. Em geral os estudos evidenciam que as tendências mundiais do setor turístico tende a um desenvolvimento geral, de escala global. Ao se viabilizar como fenômeno significativo na pós-modernidade, o turismo se reproduz em países como o Brasil, através da necessidade de se reproduzir valores e padrões de consumo e comportamento dominante, dos quais podemos destacar o turismo de lazer. No caso do Nordeste como um todo, passa a se desenvolver como um detentor de grandes potencialidades no que tange ao seu desenvolvimento e, é representado num contexto ideológico e cultural da tão chamada pós-modernidade, reprodução essa, reproduzida principalmente no plano cultural, modificando e adequando os espaços de lazer ao público

visitante. Dentro desse esboço aqui delineado das ações e programas destinados a consolidação do turismo no Estado, alguns obstáculos ainda precisam ser transpostos, para que se possa haver uma articulação maior entre Poder Público, Poder Privado e Sociedade Civil.

BIBLIOGRAFIA

- Benevides, I.P. (1998). *Planejamento Governamental do Turismo, Meio Ambiente Construído e Desenvolvimento no Nordeste*. In: Da Cidade Campo: a diversidade do saber-fazer turístico. Luiz Cruz Lima (Org). Fortaleza – UECE.
- Beni, Mário Carlos (2006). *Política e planejamento de turismo no Brasil*/Mario Carlos Beni – São Paulo: Aleph. (Série turismo).
- Beni, Mário Carlos. (2001). *Análise Estrutural do Turismo*. 6ª ed. São Paulo: SENAC, 516p.
- BRASIL (1993). Decreto nº 750 de 10 de fevereiro de 1993. Diário Oficial da República Federativa do Brasil. Poder Executivo, Brasília, DF, 11 de Fev.. 1993; Seção. p.1801.1993.
- CEARÁ, (1997). Governo do Estado do. Estratégias para o desenvolvimento turístico do Ceará – Secretaria do Turismo 1997 Prodetur/CE 2º ETAPA.
- CEARÁ, (1987-1990). Governo do Estado do. Plano de Mudanças.
- Coriolano, L. N. (1998). *A intervenção do Estado do Ceará na Atividade Turística*. In: Da Cidade Campo: a diversidade do saber-fazer turístico. Luiz Cruz Lima (Org). Fortaleza – UECE.
- Dantas, E. W. C. (2002). *Construção da imagem turística de Fortaleza/Ceará*. Mercator. Revista de Geografia da UFC, ano 1, n 1, 2002.
- Goldner, C. R. (2002). *Turismo: princípios, práticas e filosofia*/ Charles R. Goldner, J.R. Brent Ritchie e Robert W. McIntosh; trad. Roberto Cataldo Costa, - 8 ed.- Porto Alegre: Bookman.
- Oliveira, H. P. V De; Freire, G. S. S.; Oliveira, V. P. V. de. (2010). Avaliação dos Indicadores do Potencial Turístico do Município de Itapipoca: subsídios para o Desenvolvimento Sustentável do Turismo. Actas do VI Seminário Latino-Americano de Geografia Física. II Seminário Ibero-Americano de Geografia Física. Ed. Universidade de Coimbra, Coimbra.
- Ruschmann, Consultores (2004). Plano de Desenvolvimento integrado do turismo polo Ceará costa do sol/Avaliação do PRODETUR-CE I. Governo do Estado de Ceará. Fortaleza.
- Rodrigues, A.A. B (1996). *Geografia e Turismo: reflexões teóricas e enfoques regionais*. São Paulo, HUCITEC.
- Ruschmann, D. Van de M.(1997). *Turismo e planejamento sustentável: a proteção do meio ambiente*. Campinas, São Paulo: Papyrus, 1994. (Coleção Turismo). 199p.